



Boletim do

# **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Fevereiro de 2013 – R\$ 3,00

## **Derrotar o imperialismo francês no Mali**



**Somente o povo Sírio pode derrubar a ditadura sanguinária de Bashar al- Assad. A defesa da autodeterminação é a garantia de que o levante armado encarna a vontade dos explorados e a independência diante do imperialismo**



**Com uma declaração não se conquistará a soberania do povo palestino. Somente as massas insurretas, enfrentando a opressão nacional e social poderão derrotar o Estado de Israel, romper com o imperialismo e criar as bases para a autodeterminação nacional**



**O Pacto de Havana é a via para administrar a transição política do país, frente ao esgotamento histórico do chavismo e sua impotência para reverter o atraso econômico da nação**



## **Como construir a Quarta Internacional?**

## Apresentação

Reunimos no Boletim do Comitê de Enlace os manifestos sobre o ataque de Israel à Faixa de Gaza, na Palestina, sobre a guerra na Síria e sobre a intervenção militar da França no Mali. Esses três acontecimentos militares marcam a mais recente ofensiva do imperialismo sobre as nações oprimidas ou a sua ingerência nos conflitos internos, como no caso da Síria. Não se trata de fatos isolados. Estão interligados e expressam o impulso das tendências bélicas do capitalismo em decomposição.

Em 1990/91, a guerra dos Estados Unidos no Golfo Pérsico contra o Iraque, pode-se dizer, marcou uma ampla ofensiva intervencionista. Em 2001, o Pentágono enviou tropas para o Afeganistão; dois anos depois, ocupou o Iraque. No processo de restauração capitalista, a Iugoslávia se desintegrou no início dos anos 1990. A ONU se lançou no conflito em 1993, procurando assegurar o processo de desmembramento da Iugoslávia. Em 1999, a OTAN passou a bombardear os sérvios na guerra civil de Kosovo, em nome dos direitos humanos e contra a “limpeza étnica”. Na realidade, atendia aos interesses das potências em impor a restauração capitalista às nacionalidades em choque sangrento.

No período de 1990 até o presente momento, vários países da África estiveram convulsionados por levantes, golpes e guerras civis, com destaque para o Congo e Ruanda, cuja mortandade é indescritível. Por detrás dos choques estiveram as potências, principalmente os Estados Unidos e França. Nota-se que, depois da Guerra do Vietnã, nos anos 1960, abriu-se, na década de 1990, um estrepitoso período de restauração capitalista e de intervenção das potências nas semicolônias sublevadas.

Não se pode desconhecer a íntima ligação entre os dois processos históricos e conjunturais, alimentados pelos desequilíbrios e impasses do capitalismo mundial, que já havia arrastado para o precipício os países em que o proletariado tinha derrubado a burguesia e transformado a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Restauração e ofensiva militarista do imperialismo se combinam e refletem o brutal bloqueio das forças produtivas encarceradas pelas relações capitalistas de produção (a grande propriedade monopolista, a brutal exploração do trabalho e distribuição das riquezas) e pelas fronteiras nacionais.

Os Manifestos que o Comitê de Enlace aqui publica mostram que vivemos uma época de rebelião das nações e povos oprimidos contra a violenta opressão imperialista. É por essa via que passará o processo dos levantes das massas exploradas e das revoluções proletárias.

Certamente, a crise histórica de direção provocada pela destruição do Partido Comunista Russo e da III Internacional, que abriram caminho para a restauração dos anos 90, não permite aos explorados e povos oprimidos potenciarem os levantes e aproveitarem as guerras de intervenção imperialista para pôr em pé um gigantesco movimento dirigido à destruição do capitalismo. Não obstante, a crise de direção não impossibilita as revoltas e rebeliões dos explorados, que seguem o curso da situação objetiva e dos seus instintos de libertação da opressão, da miséria, da fome e da servidão.

A solução da crise de direção – isto sim – é a condição para o proletariado reunir o poderio das massas em torno de seu programa. Temos consciência de que essa tarefa irá sendo resolvida pelos impactos dos extraordinários fatos, como as revoltas, os levantes no Oriente Médio e África, e as greves na Europa Ocidental, que começaram a estalar. A América Latina não está imune. Destacam-se os combates na Bolívia, a crise na Venezuela e a retomada das lutas na Argentina. Estamos convencidos de que a crise mundial aberta em 2007/2008 nos Estados Unidos será mais arrasadora do que foi até agora, com a destruição de milhões de postos de trabalho e com os bárbaros planos dos governos que atentam contra a vida dos explorados.

Evidentemente, a burguesia ainda tem seus meios para amenizar as tendências da crise, protelar suas manifestações mais desin-

tegradoras. Mas não terá como debelá-la a não ser destruindo em grande escala as forças produtivas agigantadas e parte das riquezas acumuladas. Ao contrário, os levantes, revoltas e greves encarnam as forças produtivas em choque com as relações de produção e com as fronteiras nacionais.

O proletariado deu um grande salto na segunda metade do século XIX e começo do século XX, organizando-se partidariamente e centralizando-se em três Internacionais. Percorreu para isso um caminho de árdua luta de classes contra a burguesia e seus acólitos. Sofreu com inúmeras traições de suas direções. Teve a II Internacional desmoronada por uma das grandes traições, no contexto da 1ª Guerra Mundial. A crise de direção que se abriu logo foi vencida pelo combate do leninismo ao revisionismo nacional-reformista, ao patriotismo imperialista. A revolução proletária na Rússia, dirigida pelo bolchevismo, permitiu que a III Internacional já em andamento se levantasse portentosamente diante do capitalismo mundial e como partido mundial do proletariado.

A traição de Josef Stálin e de sua corja arrivista, desta vez, seria distinta em capacidade de destruição. A III Internacional e centenas de partidos comunistas organizados em quase todos os países seriam liquidados por um partido que estava no comando do primeiro Estado Operário vitorioso na história. O Partido Comunista Russo já não guardava nada do bolchevismo, do leninismo. O destino da revisão estalinista do internacionalismo proletário, trocado pelo nacionalismo, era o de restaurar o capitalismo, contra a qual lutou à morte o trotskismo, herdeiro fiel do marxismo-leninismo.

É preciso ir fundo nessa avaliação e compreensão para combater com absoluta determinação pela superação da crise de direção. Não há outro caminho senão repetir historicamente o já percorrido pelo proletariado desde que o marxismo se tornou força material da revolução social. Isto é, construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas em cada país, ao mesmo tempo em que se reconstrói a IV Internacional. Qualquer que seja o partido que pretenda aplicar o Programa de Transição, obrigatoriamente tem de ser um embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Esse entendimento, de imenso valor prático, é um legado da III Internacional. Os manifestos e os demais textos publicados no Boletim do Comitê de Enlace se assentam nesse fundamento. Além dos três manifestos, divulgamos uma posição sobre a crise pela qual passa a Venezuela, indicando que a ofensiva das forças pró-imperialistas pela retomada do poder do Estado do controle do nacionalismo chavista não será derrotada por meio da democracia burguesa, mas do levante antiimperialista, como caminho para a revolução proletária. Também publicamos o trabalho de Guillermo Lora sobre a tarefa de reconstruir a IV Internacional.

Depois da morte de Guillermo Lora, vem ficando cada vez mais claro ao Comitê de Enlace o significado de sua perda, mas fundamentalmente a riqueza de sua obra militante, que deve ser assimilada e tomada com instrumento do trabalho internacionalista, que exige o fortalecimento organizativo do Comitê de Enlace e da elaboração coletiva.

O texto “*Como construir a IV Internacional*”, do dirigente porista, serviu de base para a Escola de Quadros, juntamente com o de Trotsky “*Crítica do Programa da Internacional Comunista*”, capítulo II da obra “*Stálin, o Grande Organizador de Derrotas*”. No Boletim anterior do Comitê de Enlace, publicamos as Teses sobre a situação mundial, que tratam da crise estrutural do capitalismo em nossos dias.

Esperamos que a militância e os leitores se convençam da necessidade de reconstruir a IV Internacional, construindo os partidos marxistas-leninistas-trotskistas em seus países e fortalecendo o Partido Operário Revolucionário da Bolívia.



# Derrotar o imperialismo francês no Mali

A França lançou uma operação de guerra no Mali, África Central, contra os jihadistas islâmicos, que ameaçavam ocupar a capital Bamako e derrubar o governo. A justificativa é de que se objetiva conter as organizações terroristas, particularmente a Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI). Na verdade, trata-se de uma invasão imperialista do País, que conta com a anuência do governo serviçal de Dioncounda Traoré.

A ocupação do Mali pelo mortífero aparato militar é mais uma demonstração de que as potências se lançam desesperadamente nos conflitos internos dos países semicoloniais. O imperialismo acossado pela crise estrutural do capitalismo está obrigado a impulsionar as suas tendências bélicas. É o que reflete não apenas a decisão da França em enviar seus Rafales, blindados e soldados para manter na África seus interesses colonialistas, mas também a ocupação do Iraque e Afeganistão pelos Estados Unidos, e mais recentemente a intervenção da OTAN na Líbia e possivelmente na Síria.

O Conselho de Segurança da ONU autorizou ao presidente François Hollande a despejar bombas por aviões e drones e a organizar uma força militar terrestre com apoio de países da África Ocidental, como Nigéria, Togo, etc. Não houve dificuldade alguma em Rússia e China aceitarem o pleito da burguesia francesa a pretexto de conter a expansão do “terrorismo”. Caso as forças combatentes do Mali, que não se resumem à Al-Qaeda do Magreb Islâmico, ofereçam resistência às tropas francesas e às dos seus vassalos africanos, os Estados Unidos e Inglaterra poderão reforçar a intervenção, constituindo uma força multinacional. No momento, os porta-vozes do imperialismo francês criticam a falta de apoio imediato da União Europeia e dos Estados Unidos. A França pretendia que sua decisão fosse prontamente acompanhada pelas demais potências, que optaram por aguardar os primeiros efeitos da intervenção, uma vez que a população mundial desperta para o aumento do militarismo imperialista e em seus países começa a resistir ao intervencionismo. A crise vem obrigando os governos a lançarem medidas de ataque à vida das massas, apresentando o montante do endividamento público e os déficits fiscais. Os gastos militares só fazem potencializar o parasitismo e destruir forças produtivas.

Os Estados imperialistas, no entanto, têm acumulado um grandioso arsenal que precisa ser utilizado. A indústria bélica necessita de novas encomendas portentosas. As semicolônias em convulsão social e política tendem a rechaçar a opressão imperialista. Qualquer rebelião das nações oprimidas afeta os negócios das multinacionais e do capital financeiro, mesmo que os explorados não estejam sob a direção de um partido revolucionário (marxista-leninista-trotskista). Não há conflito no mundo em que o imperialismo não esteja presente com sua política de dominação e com suas armas. Esse fenômeno generalizado expõe o processo de desintegração do capitalismo mundial, que não tem como aceitar qualquer tipo de contestação ao seu domínio.

O presidente Hollande, nas eleições, fez a promessa de



não envolver a França militarmente nos conflitos internos de outros países, referindo-se às diretrizes de François Sarkozy, que se lançou na guerra civil interna da Líbia. Mas a burguesia francesa está mergulhada na crise europeia, que é mundial, e não pode se dar o luxo de não alimentar o belicismo imperialista. Diante dos combatentes da AQMI, que não se curvarão diante do arsenal francês, a meta de Hollande é arregimentar as forças da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Ecowas) e colocá-las sob a direção dos generais imperialistas. A potência colonialista coloca a seu serviço países africanos oprimidos para servir de bucha de canhão ao militarismo imperialista. Veremos nos próximos dias ou semanas até que ponto a França utilizará sua supremacia sobre a Ecowas (Nigéria, Senegal, Togo, Costa do Marfim, Mali, etc.) para colocá-la ao seu dispor. Vê-se que tais “Comunidades Econômicas” não são senão aparatos de controle das semicolônias africanas pelos Estados Unidos, França, Inglaterra, principalmente.

O Mali é um dos países mais pobres do mundo, essencialmente rural, com uma renda per capita de 600 dólares, a expectativa de vida é de pouco mais de 50 anos, o analfabetismo atinge 73,8% dos seus 15,8 milhões de habitantes, formados por várias nacionalidades (parte delas ainda nômades do deserto). Colônia francesa desde 1898, o Mali teve sua independência formal em 1960. Como se vê, tardiamente obtida. Saqueada, não pôde conhecer um amplo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, que o imperialismo francês lá impulsionou. Tendo o algodão como base da economia de exportação (ao lado do ouro saqueado), sofre uma brutal concorrência de países mais poderosos que subsidiam a agricultura, entre eles os Estados Unidos. Seu primeiro governo republicano na década de 60, Modibo Keita, foi obrigado a impor nacionalizações, sem as quais seria impossível erguer a economia do País devastado pelos colonialistas saqueadores. A formação da estatal “Companhia Malinesa de Desenvolvimento Têxtil” (CMDT) foi uma resposta ao tremendo atraso econômico, servindo aos pequenos e médios agricultores. Porém, afundado pela dívida externa, desde 2009, o Mali passou a sofrer brutal pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird) para privatizar a CMDT. Por essa via, impõem-se maiores sacrifícios aos agricultores, que vivem penosamente da cultura do algodão e de outras culturas nas terras fertilizadas pelo rio Níger no centro e no sul do país.

A economia atrasada, as tremendas dificuldades da população ao norte tomado pelo deserto do Saara, a miséria generalizada e a opressão nacional interna desencadeiam intensos conflitos internos, como a guerrilha dos tuaregues. Em 2009, o governo impôs um acordo com essa etnia, que previa medidas econômicas para a região desértica. O golpe de março de 2012, que depôs o presidente Amadou Toumani Touré, se deveu aos impasses econômicos e ao fracasso do acordo de pacificação dos tuaregues, que lutam pelo direito de separação, encabeçado pelo Movimento Nacional de Libertação do Azawade. A crise entre os militares de baixa patente e o governo abriu caminho para o avanço da guerrilha separatista e do movimento nacionalista islâmico Al-Qaeda no Magreb Islâmico. Fortalecidos com o armamento proveniente da guerra civil e guerra de intervenção imperialista na Líbia, a guerrilha reascendeu o combate ao governo entreguista de Bamako. O imperialismo temeu a derrubada do governo de Touré, justamente devido à retomada das lutas travadas por várias organizações guerrilheiras. A ONU foi acionada a autorizar uma intervenção externa, que acaba de ser desfechada pela França.

A propaganda de que se trata de esmagar “terroristas” atenta contra a inteligência. No Mali se desenvolve uma luta interna entre etnias, submetidas à opressão nacional, como é o caso dos tuaregues, e correntes nacionalistas islâmicas. A utilização do terrorismo pela guerrilha não as torna terroristas. As formas do terror (atentados) nada mais são do que expressão do choque entre as potências imperialistas e as organizações nacionalistas do islamismo radical burguês ou pequeno burguês. O Movimento pela Unidade e pela Jihad na África Ocidental (Mujao) ameaçou revidar com atentados terroristas na França. Em seguida, na Argélia, militantes da organização Brigada Khaled Aboul Abbas ocuparam o complexo de gás da British Petroleum e da Statoil, fazendo reféns. O objetivo da ação era o de denunciar e combater a posição do governo argelino, a qual é de apoiar a ofensiva imperialista da França. A resposta do governo argelino foi de ataque pelo esquadrão especial. A operação militar resultou em vários reféns (vários deles, estrangeiros) e militantes mortos. É uma tragédia que um país que tenha sido colônia da França e que teve de vencer uma guerra de libertação nacional para se livrar do seu opressor europeu acabe servindo de seu instrumento contra os revoltosos do Mali.

Certamente, as massas exploradas e oprimidas da África e em especial aquelas que vivem nos países fronteiriços com o Mali acabarão por se dar conta de que o continente entrou em um período convulsivo em que o imperialismo está obrigado a intensificar sua penetração e em exigir dos governos africanos uma maior subserviência. O massacre no complexo da British Petroleum mostra como um país semicolonial pode ocupar o lugar das forças imperialistas para sufocar a revolta na nação oprimida.

A ausência de partidos revolucionários na África impossibilita organizar o combate das nações oprimidas por meios e métodos próprios da revolução proletária, distintos do nacionalismo burguês e pequeno-burguês. Isso se



deve à destruição da III Internacional pelo estalinismo e o apodrecimento dos PCs estalinizados no mundo todo. Os embates sangrentos que sacodem vários países, entre eles o Mali, deixam as vísceras do imperialismo abertas aos olhos dos explorados. É por meio da luta antiimperialista que se desenvolverá a luta das massas pela derrocada do capitalismo.

Os massacres no Iraque, Afeganistão, Líbia, Síria e os que estão por vir no Mali expressam a via da barbárie, pela qual o imperialismo mantém o capitalismo apodrecido em pé e pela qual os governos serviçais das semicolônias se nutrem. A heróica resistência da nação oprimida no Iraque e Afeganistão indica que não é fácil às potências, com todo seu arsenal militar, vencerem com facilidade e que podem ser derrotadas com o povo em armas. A França poderá se defrontar com uma resposta tão dura como os Estados Unidos no Iraque e Afeganistão. Essa tarefa se tornaria menos penosa se a classe operária estivesse dirigida por uma organização mundial, que somente pode ser a IV Internacional. A crise de direção é um obstáculo que impossibilita transformar a guerra dos povos oprimidos contra os seus opressores em revolução social. Mas as resistências aos opressores e as derrotas, mesmo que parciais, do imperialismo reforçam as forças revolucionárias das massas exploradas. No capitalismo mais do que amadurecido, já apodrecido, a rebelião das nações oprimidas contra o imperialismo é parte da revolução mundial.

O proletariado francês e europeu tem o dever combater a invasão do Mali, defender a autodeterminação do Mali, exigir que o governo social-democrata de François Hollande suspenda imediatamente os ataques e retire as tropas. Em cada país, está colocado defender que cabe apenas ao povo do Mali resolver seus problemas. A política do proletariado é de combater o imperialismo em toda e qualquer circunstância. A derrota dos intervencionistas e militaristas sempre constitui um passo a frente em defesa do direito da autodeterminação das nações oprimidas.

O Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional chama a classe operária, os demais explorados e a juventude a saírem às ruas contra a intervenção militar do imperialismo no Mali.

**Pela autodeterminação das nações oprimidas!**

**Derrotar o imperialismo, em defesa da nação oprimida!**

## **Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional Somente o povo Sírio pode derrubar a ditadura sanguinária de Bashar al-Assad**

# **A defesa da autodeterminação é a garantia de que o levante armado encarna a vontade dos explorados e a independência diante do imperialismo**

A reunião de Doha, no Catar, promovida pelas potências, para constituir uma “Coligação Nacional” entre as frações opositoras e as milícias, foi mais um passo na ingerência do imperialismo na guerra civil. O objetivo das metrópoles é o de forçar as distintas forças a formarem um governo provisório. Não por acaso a França imediatamente anunciou o reconhecimento do governo paralelo.

Não se trata de uma primeira tentativa. Os Estados Unidos, França e Inglaterra já haviam conseguido a conformação do Conselho Nacional Sírio (CNS), aos moldes da experiência líbia. No entanto, sua composição ficou restrita a poucas frações burguesas opositoras, não passando de uma camarilha sem influência sobre os grupos e milícias armados, basta ver que o Exército Livre da Síria não respondeu ao seu comando político.

Armas, recursos materiais e apoio de retaguarda têm sido dados pela Turquia, Catar, Arábia Saudita e até mesmo pela Líbia. Essa interferência conta com incentivos do imperialismo. O presidente Assad acusa a França de traficar armas para os opositores. O governo francês não demonstrou o contrário. Os Estados Unidos têm sido cautelosos em apoiar militarmente o Exército Livre da Síria. Trabalham por detrás dos apoiadores para potenciar a sua capacidade diante do exército de Assad. A meta é enfraquecer político e militarmente o regime, interno e externamente. Tudo indica, porém, que, para dar um golpe final em sua existência, são necessários armamentos mais poderosos.

O atentado de 18 de julho, que matou importantes membros da cúpula governamental, resultou em um poderoso golpe no regime, mas não renunciou o seu fim iminente, como a imprensa mundial divulgou. O fato da camarilha de Assad manter o controle das Forças Armadas e assegurar a continuidade do apoio de setores da burguesia, inclusive sunitas, mostrou que o fim do governo não estava próximo. Passaram-se quatro meses do atentado, o número de mortos saltou para mais de 35 mil; e a devastação das principais cidades retrata o cenário de renhidos bombardeios.

Com armamentos e recursos, a guerrilha se consolidou e avançou. Cidades estratégicas caíram em poder dos revoltosos e determinadas localidades fronteiriças, como as da Turquia, por exemplo, contam com o seu controle. O encarniçado combate já percorreu um ano e oito meses. As potências exigiram que Assad entregasse o poder e, então, seria poupado de retaliações. A Liga Árabe e a ONU foram acionadas para pressionar o governo renitente e se obter um acordo. A ideia era a de evitar que o regime caísse sob o fogo das armas e que desse lugar a um governo que não estivesse preso às suas rédeas e que extraísse sua força da derrubada revolucionária do clã, que há 32 anos comanda a Síria com mãos de ferro.

Essa linha desenvolvida pelas potências fracassou. A solução militar passou para o primeiro plano. Ocorre que uma rápida vitória da guerrilha contra as Forças Armadas dependia de ter unificado politicamente a maioria nacional e promovido o armamento da população. O retardamento dessa possibilidade serviu e serve aos objetivos dos Estados Unidos e seus comparsas. Não é bom para o seu domínio a derrubada revolucionária da ditadura bonapartista, que revelou seu esgotamento em um quadro de levantes no Norte

da África e no Oriente Médio.

A impossibilidade da oposição armada caminhar sob a ação unitária das massas sírias facilitou a pronta ingerência do imperialismo, como aconteceu na Líbia. O fornecimento de armas é acompanhado de exigências. O fracasso do Conselho Nacional Sírio em unificar as frações em combate se deve não só às diferenças internas, mas também às exigências externas. Não chegam armas capazes de abater a Força Aérea de Assad e os tanques do Exército, porque os Estados Unidos não estão seguros de que servirão rigorosamente aos seus propósitos. Seria um erro imperdoável do governo Obama, aos olhos da burguesia mundial, se permitisse que tais aparatos de guerra caíssem em mãos dos jihadistas, ou seja, dos nacionalistas anti-norte-americanos.

A via militar mais eficaz é a de lançar a OTAN sobre a Síria. Mas as facilidades políticas não são tão grandes como as que se apresentaram na Líbia. A resistência da Rússia e da China em admitir a criação da zona de exclusão ou a invasão da Síria por terra, por sua vez, tem limitado a ação bélica do imperialismo e de seus auxiliares, como a Turquia. Mas não é esse o maior obstáculo. O fundamental está no perigo de uma invasão provocar uma gigantesca reação das massas árabes. E também ampliar o raio de ação do conflito de Israel com os palestinos e a crise que envolve o Irã.

O imperialismo e a feudal burguesia árabe trabalham com a divisão entre as massas oprimidas do Oriente Médio, incluindo os trabalhadores judeus, e com a perspectiva de bloquear a generalização e unificação das lutas. Os interesses estratégicos do imperialismo assentados na riqueza petrolífera, no entanto, geram choques constantes. Contribuem decisivamente para a emersão desses interesses a divisão dos árabes em fronteiras nacionais impostas pelas potências entre as duas Guerras Mundiais e a criação do Estado de Israel de fora para dentro.

Não se pode, porém, atribuir um peso absoluto a esses fatores e relações. O imperialismo desconhece qualquer barreira quando a sua dominação sofre perigo. É inaceitável supor que não pode ocorrer uma conflagração geral no Oriente Médio. Certamente, o imperialismo mede as consequências e procura limitar o choque, quando pode. É o que explica o descontentamento de Israel com Obama, que não lhe dá carta branca para bombardear o Irã. No momento em que as contradições afloram de conjunto – Irã/Israel/Palestina/Síria –, os Estados Unidos escolhem métodos e meios que as façam refluir e atacam um alvo de cada vez. As demais potências devem segui-los e os governos servis das semicolônias estão obrigados a aplicar suas ordens. Essa é a linha geral, evidentemente. A prioridade, no momento, é resolver o impasse na Síria. Não seria bom que os sionistas invadissem por terra a Faixa de Gaza.

A compreensão mais geral da crise que se desenvolve no Oriente Médio é imprescindível para formular uma posição revolucionária diante da conflagração síria. Caso a ditadura de Assad tivesse se defendendo de uma investida do imperialismo – como foi o caso da invasão norte-americana no Iraque –, por mais sanguinário que fosse, era dever dos marxistas levantarem a **bandeira da autodeterminação da nação oprimida** e trabalhar por consti-

tuir uma **frente única antiimperialista** dirigida pelo proletariado, para derrotar os invasores. O mesmo se aplica no caso em que na guerra civil o imperialismo passe a controlar as forças opositoras burguesas e pequeno-burguesas e intervenha econômico e militarmente para derrubá-lo. A diferença entre uma situação e outra não é de fundamento, mas de combinação de forças.

O fato das massas intervirem tem uma implicação decisiva, que diferencia o primeiro do segundo caso. É necessário que a tarefa de derrubada do governo esteja condicionada à defesa da autodeterminação.

As massas sírias começam sua mobilização buscando por abaixo a ditadura sanguinária e pró-imperialista de Assad. O governo de Assad, apesar de circunstanciais fricções com o imperialismo, como expoente da classe dominante síria, acabou sempre viabilizando a opressão e o saque imperialista, provavelmente, limitando certos acessos ou aplicando certas políticas nem sempre do agrado das transnacionais imperialistas, mas possibilitando finalmente e a cabo o saque imperialista. O imperialismo gostaria de um governo mais dócil e servil.

A luta das massas para derrocar o governo de Assad, lacaio do imperialismo, é parte da luta da nação oprimida por sua libertação nacional e social. A ausência de uma direção revolucionária proletária que encabece esta luta é um fato decisivo que marca a foga o desenvolvimento dos acontecimentos posteriores. O imperialismo intervém no afã de ganhar a confiança dos lutadores e dirigir as massas para objetivos burgueses imperialistas que implicam uma maior submissão e saque da nação oprimida, que concluirá reforçando as cadeias que mantêm o atraso, a fome e a miséria generalizada. Esta manobra deve ser rechaçada e desmascarada.

Desde o princípio, o conteúdo último da luta das massas tem sido antiimperialista, é isso o que, acima de qualquer consideração nos interessa evitar que se desvirtue, seja desfigurado ou desviado para outras causas, inclusive opostas. Adotamos nesse assunto uma intransigente posição antiimperialista, acima de qualquer outra consideração, é uma atitude que não depende do estado de ânimo dos lutadores e suas simpatias, antipatias ou disposições circunstanciais. Simplesmente, por princípio rechaçamos a ingerência imperialista em qualquer nação oprimida, ainda que esta ingerência seja apresentada como um ato de defesa da “democracia” contra a “ditadura”, isso porque a intervenção imperialista significa reforçar a vigência do capitalismo, do encadeamento do proletariado ao capital, da perpetuação das condições de opressão nacional e social. Não aceitamos a “ajuda” do imperialismo; para acertar contas com os tiranos locais que nos governam, é a nação oprimida à cabeça do proletariado a que se encarregará dos tiranos nativos lacaios do imperialismo.

O problema central é quem dirige a luta antiimperialista: o proletariado ou a burguesia. Só o proletariado, por sua condição de classe não proprietária, está em condições de sustentar uma política consequentemente antiimperialista e de unificar a nação oprimida em torno dela, as outras classes sociais, adotam poses antiimperialistas para concluir negociando novos termos de submissão ao capital financeiro.

O concreto é que a luta atual, enquanto estiver dirigida por setores burgueses ou pequeno burgueses, está, de antemão, condenada a trazer para as massas maior opressão, exploração e miséria, ou seja, a derrota. Isto, ainda que os opositores, graças ao armamento facilitado pelo imperialismo, alcancem a vitória em seu afã por derrotar Assad e instalar um governo mais lacaio ainda. O novo governo surgido dessas condições mais cedo que tarde terminará novamente chocando com as massas famintas.

¿Que relação pode haver entre a ausência da direção revolucionária do proletariado e a intervenção imperialista na Síria? São

os lados opostos da contradição que determinam o destino do conflito sírio, a forma que adquire a contradição fundamental.

A ausência da direção revolucionária do proletariado facilita a possibilidade de que a intervenção imperialista contra o governo de Assad arraste as massas por trás da perspectiva burguesa imperialista, ou seja, assegura que haverá uma saída burguesa para a crise política do país.

A tarefa de defender o direito à autodeterminação, elaborada por setores burgueses ou pequeno burgueses, sejam oficialistas ou da oposição ao governo de turno, cedo ou tarde será abandonada por eles, para concluir renegociando os termos da submissão. A tarefa democrática de defesa do direito à autodeterminação passou definitivamente para as mãos do proletariado; por seus interesses materiais, as outras classes (classes proprietárias), são incapazes de sustentá-la consequentemente.

Daí que no conflito sírio o problema central seja quem dirige a luta para acabar com o governo de Assad lacaio do imperialismo: o proletariado revolucionário, o próprio imperialismo por trás da máscara de algum lutador “rebelde”, ou algum grupo pequeno burguês supostamente antiimperialista e por sua vez inimigo de Assad, mas defensor da propriedade privada em todas as suas formas, como são por exemplo os fundamentalistas islâmicos.

O proletariado sírio tem possibilidades de disputar a direção da luta da nação oprimida pela derrocada do governo de Assad e contra a intervenção imperialista em defesa do direito à autodeterminação?. Nas atuais condições, NÃO, não há partido, não há independência de classe, o certo é que o proletariado está dissolvido na massa dos lutadores de todos os bandos, prisioneiro da confusão. Alguns proletários gritando “*Abaixo Assad*”, outros proletários gritando “*Abaixo a intervenção imperialista*” e outros gritando simultaneamente “*Abaixo Assad, Fora o imperialismo, Viva o Islã*”, todos por trás de alguma direção burguesa ou pequeno burguesa.

Que deveria dizer o proletariado revolucionário?. Fora o imperialismo. Com Assad, que, sabemos, é um lacaio do imperialismo disfardado de “antiimperialista”, ajustaremos contas nós mesmos em casa. Não negociamos nosso direito à autodeterminação com ninguém. Convocamos a unidade da nação oprimida por trás do objetivo de por em pé um governo revolucionário de operários e camponeses, construído sobre a base de expropriar todos os grandes meios de produção, a feudal burguesia e o imperialismo. Mas, até onde se sabe, não há quem, a partir das massas em luta, diga isso. Necessitamos do Partido Operário Revolucionário, capaz de disputar a direção da luta da nação oprimida, esta é a questão fundamental.

As correntes de esquerda quase sem exceção violaram esse princípio e essa posição tático-estratégica ao manterem a bandeira de “*Abaixo Kadafi*” quando o País estava sitiado pelas Forças Áreas da OTAN. Ao transgredir esse princípio, colocaram-se em posição revisionista do marxismo. Não se trata de se agarrar mecanicamente ao princípio da autodeterminação da nação oprimida perante o imperialismo. Mas de aplicá-la segundo a evolução dos acontecimentos internos e externos. Está claro que a derrubada do regime de Assad, agora, depende de uma maior e mais decidida intervenção do imperialismo, a não ser que haja uma reviravolta na luta de classes. Não se coloca, portanto, a bandeira de “*Abaixo Assad*”.

**O Comitê de Enlace se coloca pela tarefa de organizar os explorados sírios em luta no terreno da autodeterminação da Síria, do rompimento do Exército Livre da Síria com o Conselho Nacional Sírio e com a nova Coligação Nacional e expulsão do imperialismo e dos seus serviços. Rechaça o “Conselho Superior Militar”, cuja função é a de subordinar as milícias e a guerrilha aos ditames dos agentes do Pentágono e da OTAN. Não aceita nenhuma “ajuda”**

da Turquia, Arábia Saudita, Catar e outros lacaios das potências, por não estar de acordo com as tarefas de derrubada do governo sanguinário e de conquista da autodeterminação da Síria. Somente o povo sírio em luta, apoiado na revolta dos explorados do Oriente Médio e no movimento revolucionário mundial antiimperialista e anticapitalista poderá decidir a sorte do regime burguês de Assad.

Sem dúvida, o grande obstáculo para que o levante dos explorados se conduza no terreno da luta de classes é a ausência de uma direção revolucionária. Sob o desmoroamento do governo de Assad, fervilham as disputas burguesas, pequeno-burguesas, nacionalistas, pró-imperialistas e religiosas. Nenhuma expressão do nacionalismo burguês e pequeno-burguês poderá levar a maio-

## **A ONU reconhece a Palestina como “Estado observador não membro” Com uma declaração não se conquistará a soberania do povo palestino. Somente as massas insurretas, enfrentando a opressão nacional e social poderão derrotar o Estado de Israel, romper com o imperialismo e criar as bases para a autodeterminação nacional**

A Assembleia Geral da ONU reconheceu a Palestina como “estado observador não membro” das Nações Unidas. A resolução contou com 138 votos a favor, 41 abstenções e 9 contra (Estados Unidos, Israel, Canadá, Palau, Micronesia, República Checa, Panamá, Nauru e as Ilhas Marshal).

A resolução se pronuncia em favor dos “direitos inalienáveis do povo palestino”, solicita que se avancem as negociações para pôr fim à ocupação iniciada por Israel em 1967 e que se garanta “um Estado Palestino independente, soberano, democrático” nas fronteiras....

O presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, perante a assembleia, disse que faz 65 anos que a ONU criou o Estado de Israel e que era seu “dever moral e histórico” reconhecer o Estado Palestino. Por outro lado, Israel informou que não respeitará a resolução.

### **A força se impõe à retórica da diplomacia**

A resposta israelense não fez por esperar. No outro dia após ser aprovada a resolução, passou imediatamente à construção de 3 mil casas na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Os novos assentamentos se localizam no denominado setor E1, atualmente desabitado. Mas que tem uma importância estratégica porque corta pela metade a Cisjordânia e a isola de Jerusalém, cujo setor oriental é considerado pela ANP como a capital do futuro Estado palestino. Ao mesmo tempo, anunciou que reteria 460 milhões de dólares em impostos e tarifas que Israel arrecada em nome da ANP.

Embora esses recursos pertençam a ANP, o Protocolo de Paris (1995) determinou que seria Israel que cobraria as tarifas aduaneiras pelos produtos importados pelos palestinos e que chegam às suas mãos por meio dos portos israelenses. O que lhe deu uma poderosa arma de pressão contra o raquítico aparato administrativo palestino, que sequer tem controle de seu próprio orçamento.

Vários países se opuseram e exigiram que Israel voltasse atrás em suas novas medidas. Disseram que as ocupações são ilegais e violam o direito internacional. Mais hipócrita

ria explorada a constituir um governo revolucionário, que expropriasse a burguesia, transforme a grande propriedade dos meios de produção e rompa com a dominação imperialista. É o que demonstraram os levantes na Tunísia, Egito e Líbia. No entanto, as massas realizam uma grande experiência revolucionária que será o sementeiro para o nascimento de uma direção que encarne o programa do marxismo-leninismo-trotskismo.

Viva o levante das massas contra o governo burguês sanguinário de Bashar al-Assad!

Pelo armamento da população!

Pela autodeterminação da Síria!

Fora o imperialismo e seus lacaios!



foi a Casa Branca, que embora pedisse que Israel reconsiderasse a medida, foi seu principal aliado contra a resolução da ONU.

O apoio total dos Estados Unidos a seu enclave no Oriente Médio, esteve e estará sempre por cima de toda consideração moral e ética abstrata sobre o direito internacional. A força material expressa no poderio econômico e militar dos Estados Unidos transformará as belas palavras da ONU em papel higiênico. Não é o direito que poderá determinar a solução do conflito político e diplomático, mas o poder dos monopólios, das finanças e da técnica militar que os Estados Unidos patrocinam a Israel.

### **Um festejo desproporcional diante da vitória artificial vitória**

Ao conhecer o resultado da votação, milhares de palestinos saíram às ruas para festejar o que supõem um grande triunfo. Abbas foi recebido como herói nacional e chamou as duas principais frações, que disputam o controle político e territorial da Palestina, Al-Fatah (que ele dirige e governa a Cisjordânia) e o Hamas (que controla a faixa de Gaza), a conciliar-se. Passo que, segundo se informou, serviria para forjar a unidade nacional para alcançar a emancipação e independência do País.

No entanto, as proclamações triunfalistas ocultam uma contradição insolúvel. A resolução não significa outorgar aos palestinos os plenos direitos como Estado: só lhes dá

acesso às diversas agências da ONU e aos tratados internacionais. O que pressupõe não gozar de nenhum direito como Estado, mas estar obrigado a cumprir as resoluções e tratados que impõem as potências.

Isto é, acaba impondo-lhes uma via legalista estéril à sua luta pela independência. Via pacífica que, no momento em que o mundo se encontra dividido entre um punhado de potências e que o acesso ao direito da autodeterminação das nações se choca com esses interesses, significa renunciar conquistá-la por meio da luta de classes e da insurreição das massas contra a opressão colonial e imperialista.

A resolução não significa uma ruptura dos acordos de Oslo (1993/1995), como quer fazer crer o Estado de Israel para justificar a nova ocupação de territórios. Israel saiu fortalecido do acordo porque obteve o seu reconhecimento como Estado sionista, enquanto que a recém criada Autoridade Nacional Palestina (ANP), nunca pôde dispor da totalidade dos territórios da Cisjordânia e da faixa de Gaza.

Quando Mahmoud Abbas declara que a resolução é uma grande vitória, prossegue com a capitulação histórica da ANP, que aceitou finalmente a formação de um Estado palestino sem forças armadas, sem recursos econômicos e impedido de fazer voltar milhões de palestinos às suas terras.

A resolução reforça o cerco ao redor do combatente Hamas. Fração que expressa a vontade radicalizada e determinada de uma grande parcela da população contra o expansionismo colonialista. E que lhe provê apoio e homens à resistência militar anti-sionista.

A unidade dos palestinos somente poderá constituir-se sobre a base de sua luta revolucionária pela autodeterminação contra a opressão sionista e imperialista. A ausência de uma direção revolucionária capaz de conduzir as massas palestinas à luta anti-imperialista impede consolidar a necessária unidade revolucionária da nação, reforça a desagregação fracional das correntes nacionalistas e islâmicas e culmina fragmentando a luta contra a expansão colonialista.

## **Reconhecimento soberano ou uma expressão das contradições interimperialistas?**

O trágico para os palestinos é que se procura convencer de que um papel e uma simples votação formal por maioria e minoria poderá resolver o choque de interesses antagônicos entre o Estado sionista e os explorados e oprimidos palestinos. O direito burguês nunca foi senão a expressão na forma de lei da força material de cada país e de cada classe social frente a outros países e outras classes. Isto é, a administração compartilhada dos conflitos resultantes da imposição pela força desses interesses por meio dos mecanismos legais e institucionais das estruturas políticas, nacionais e internacionais, controladas pela burguesia imperialista.

A ONU não é uma representação de iguais nem muito menos um terreno para que as “forças éticas e morais progressistas e democratistas” possam vencer, com suas palavras e reflexões, à reação mundial. Não, a ONU foi e continua sendo uma base de manobras do imperialismo para fazer e desfazer tratados e acordos segundo seus próprios

interesses. Evidentemente que não necessariamente conseguem no ritmo e nas formas que desejam, porque ainda nessa cova de bandidos também se reproduzem, claro que conjuntamente, as contradições e conflitos interimperialistas, segundo as relações de força criadas pela situação política mundial. Isso explica o porquê hoje a ONU pode contrariar momentaneamente e formalmente a vontade imperial que os Estados Unidos exercem sobre o restante das nações.

A resolução é também uma saída diplomática ao conflito entre certos países que não querem o intervencionismo dos Estados Unidos no Oriente Médio, como a Rússia e a China.

O voto dos Estados Unidos contra a resolução expressa desse modo seu interesse de preservar esse território como sua exclusiva área de influência. E sabe que isso somente pode ser garantido pela imposição militar do Estado sionista sobre as massas e os territórios da Palestina. Um Estado palestino, ainda que raquítico, seria um campo fértil para a unificação das forças sociais e políticas que pretendem romper com a ingerência externa dos Estados Unidos.

Por outro lado, sua tibia queixa contra Israel por expandir suas colônias demonstra seu interesse em preservar o trabalhoso processo de evitar que estourem conflitos que possam prejudicar seus planos em relação ao Irã, criando as condições de um novo levante generalizado das massas árabes.

Os Estados Unidos estão dedicados a tentar frear uma nova escalada no conflito e uma nova invasão terrestre, porque prejudicaria sua política de alianças com o Egito e a Turquia, duas peças chaves para garantir seus interesses na região. Uma matança de palestinos, quebraria o delicado equilíbrio com o novo presidente do Egito, Mohamed Morsi, da Irmandade Muçulmana. Nele se apoiou Obama para garantir uma trégua entre Israel e os palestinos, para disciplinar o Hamas, para conter a insurgência palestina e para evitar a erupção de um movimento árabe generalizado contra o imperialismo e Israel em apoio à Palestina.

Finalmente, uma nova rebelião palestina poderia acabar arrastando a solidariedade ativa das massas egípcias que se projetaria no cenário político interno desse país, colocando em xeque Morsi e abrindo as portas para um novo levante das massas, como o de 2010/11.

## **A autodeterminação palestina somente será possível com a destruição do Estado sionista**

Desde a divisão da Palestina, imposta pelas potências, o Estado de Israel não tem feito outra coisa senão expandir suas fronteiras, ocupando parte do território palestino, com o apoio dos Estados Unidos. A opressão militar, colonial e imperialista serve à exploração assalariada e a opressão de classe. A luta da maioria oprimida pela autodeterminação das nações semicoloniais do Oriente Médio se inscreve por isso na estratégia revolucionária do proletariado contra o capitalismo.

A luta pela autodeterminação e a criação de um Estado palestino, com plenos poderes para dispor soberanamente

de suas terras, recursos e orçamento, encontrariam rapidamente um terreno para projetar-se, pelo seu conteúdo e interesses, na luta anti-imperialista.

Por sua íntima vinculação com o imperialismo, a feudal-burguesia árabe tem sido historicamente incapaz de conquistar a autodeterminação nacional das nações árabes. A ANP, Hamas e outras organizações radicalizadas do nacionalismo islâmico, são por sua vez incapazes de consumir a tarefa de destruir o Estado sionista e de conquistar uma Palestina unificada.

A unidade da nação oprimida contra a opressão nacional e social somente poderá triunfar por meio da estratégia da revolução proletária e da solidariedade internacionalista do proletariado mundial. Organizando boicotes à indústria de guerra israelense, paralisando o transporte e a logística

## Venezuela

# O Pacto de Havana é a via para administrar a transição política do país, frente ao esgotamento histórico do chavismo e sua impotência para reverter o atraso econômico da nação

A oposição pró-imperialista não teve como derrubar Hugo Chávez nas eleições, embora o tenha ameaçado com 44,55% dos votos. Agora, pretende uma segunda disputa, sem que seja com o pujante caudilho.

O vice-presidente Nicolás Maduro comunicou a impossibilidade do presidente reeleito não tomar posse no dia 10 de janeiro, como prevê a Constituição. Sob o leito de morte de Chávez, em Cuba, desatou uma renhida disputa em torno do destino da presidência da República venezuelana.

Os herdeiros do caudilho, caso este não se reabilite, têm pela frente um agravamento da crise política sem precedente. As forças da reação chefiada por Henrique Capriles e apoiadas pelos Estados Unidos se lançaram em campanha para que se convoquem novas eleições nos prazos estipulados pela Constituição.

As manobras legais utilizadas por Nicolás Maduro e Diosdado Cabello para adiar a posse presidencial tem sido taxada pelos agentes do imperialismo como auto-golpe. A direita reacionária pretende se apresentar como radicalmente democrática. É próprio da democracia formal que as massas arrastadas pelas disputas interburguesas elejam o presidente e não o partido.

Os chavistas confeccionaram a Constituição segundo esse código da democracia formal burguesa. E agora estão obrigados a driblá-la para evitar que os abutres lhes roubem a toca do poder, por meio de novas eleições.

A rachadura da crise política na Venezuela se amplia. As massas profundamente oprimidas são arrastadas pelos chavistas e a pequena-burguesia, em sua grande maioria, pelos “caprilistas”. Essa divisão no seio da população acabará por favorecer a reação e fortalecer as pressões do imperialismo. Com Chávez, o regime “bolivariano” chegou ao seu ápice e se encontra em declínio; sem o caudilho as forças centrífugas

imperialista, ocupando fábricas, manifestando-se nas ruas contra os governos vassalos e chamando à luta coletiva das massas contra a repressão e opressão nacional. Isto é, pondo os esforços conjuntos do proletariado mundial a serviço da recuperação das tradições e exemplos de internacionalismo proletário. Rompendo, desse modo, com as barreiras ideológicas, éticas e nacionais que impedem a unidade internacionalista dos explorados e oprimidos contra seus inimigos e verdugos comuns.

Uma vez mais fica demonstrada a necessidade de um partido revolucionário mundial capaz de dirigir sob essas bandeiras as massas palestinas, árabes e israelenses. Reconstruir a IV Internacional seria o passo mais decisivo nesse caminho e para concretizar a unidade palestina sob um governo operário e camponês.



ganharão força imprevisível.

O fundamental, porém, está em que a classe operária não constituiu seu partido revolucionário. O que a impossibilita de reunir a maioria nacional oprimida em uma frente única antiimperialista e anticapitalista para superar o nacionalismo decrépito chavista e derrotar a direita pró-imperialista. A vanguarda revolucionária tem o dever de lutar pela independência política da classe operária e pelo programa da revolução social.

## A primeira ofensiva na guerra mediática acerca da saúde de Chávez

O bloqueio informativo sobre a saúde de Chávez foi quebrado. Por meio de manobras políticas e diplomáticas, operações da imprensa, especulações e filtrações verdadeiras na imprensa, chegou a notícia: seu estado de saúde é muito grave. A oposição burguesa exigiu que se cumpra a Constituição idealizada e promulgada pelo chavismo. Perante a morte ou a impossibilidade do presidente eleito assumir

o cargo, estabelece que a presidência passe interinamente ao presidente da Assembleia Nacional Legislativa (ANL) e no prazo de trinta dias convocarem novas eleições. Sem Chávez, a oposição derrotada procura chegar ao poder, por meio de um novo pleito.

Embora o governo fosse obrigado a reconhecer o estado crítico de saúde de seu chefe e líder, rapidamente contratacou com uma bateria de medidas que assegurassem a continuidade e estabilidade do oficialismo. Diosdado Cabello, presidente da ANL, e Nicolas Maduro, o vice presidente do país, viajaram para Cuba juntamente com a cúpula militar. O objetivo: realizar um rápido acordo que garantisse a transição e sucessão presidencial, sem convulsões internas no PSUV, nem no aparato do governo. Colocando em pé uma unidade com vistas a reorganizar a tropa chavista por trás dos dirigentes designados para a sucessão, garantir a lealdade da casta militar, unificar as massas por trás de uma grande operação de defesa do “modelo político-econômico” e deter a denominada “operação psicológica imperialista” e sua diplomacia pública e secreta.

## **Contraofensiva chavista: continuidade governamental e transição negociada**

O acordo entre as facções chavistas se concretizou em Cuba. Cabello seria reeleito como presidente da ANL, colocando-o em linha direta da sucessão como presidente transitório. Maduro, se prepararia para uma eventual eleição e continuaria como primeiro chefe político do Estado, como herdeiro político direto de Chávez.

Constituíram-se, assim, as bases de um governo bicéfalo, resultado de um acordo tático entre as frações internas chavistas. O pacto logo se impôs na ANL, o que desatou rapidamente o protesto da oposição, que pretendia usufruir da ausência de Chávez para se fortalecer politicamente, impondo na presidência da ANL um dos seus. Ou, quando muito, negociar outro nome do oficialismo que fosse mais permeável aos seus interesses e pressões.

O chavismo, fortalecido, redobrou a aposta. Desconheceu sua própria Constituição para evitar que se realizassem novas eleições. Impôs-se a proposta de prorrogar o atual mandato de Chávez e também a nova posse do cargo, que deveria realizar-se no dia 10 de janeiro de 2013. O juramento poderia, então, resolver-se no Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), controlado pelo chavismo, o que permitiria evitar as eleições e garantir Maduro e Cabello no exercício efetivo do poder.

A oposição, impotente em mudar o curso dos acontecimentos, se pronunciou a favor da Constituição e da democracia. Oportuna defesa daqueles que ameaçavam um golpe de Estado e recorreram à intervenção da embaixada norte-americana, violando a autodeterminação do povo venezuelano. Não lhes deveria surpreender que o faça agora o próprio chavismo com a Constituição que eles mesmos redigiram. No final, as forças política da burguesia, nas situações de crise aguda, violam as leis. No caso da Venezuela se trata da sobrevivência das camarilhas burguesas que têm lucrado com o saque do Estado.

Chavismo e anti-chavismo, em última instância, se irma-

nam na violação da democracia burguesa. Que em um país semicolonial só pode ter um caráter amputado. E cuja defesa discursiva só serve para a propaganda de uma ou outra fração em sua luta pelo controle do Estado em benefício de suas camarilhas respectivas.

## **O “pós-chavismo” será um governo de profunda crise política e social**

Com a possibilidade do caudilho não voltar ao poder, coloca-se o que será do chavismo. Lembremos que combinação de fatores econômicos, de interesses corporativos e de crise política deu a forma final ao “Pacto de Havana”. O pacto entre as facções chavistas mais importantes, a militar e a apadrinhada com a nova burocracia estatal de preservar também os interesses da camada de novos ricos, que parasitam o Estado. E contou com o explícito apoio da burocracia estalinista castrista, que precisa do fluxo do petróleo para a Ilha. Uma ruptura do chavismo no poder pode acelerar os processos de restauração capitalista em Cuba e golpear as bases de transição política idealizada pelo castrismo.

O pacto prevê um período de permanente negociação das medidas econômicas e políticas, para quando desapareça seu chefe e a crise econômica obrigue a aprofundar os ataques contra as massas. A chamada Lei Habilitante, que permitiu Chávez governar por decretos, passando por cima da própria Assembleia Nacional, não terá como sobreviver sem o império do caudilho. O que indica uma perigosa crise política para o futuro dos órfãos do caricaturesco “Socialismo do Século XXI”.

O pacto de governabilidade negociada se soma à campanha estatal para criar uma iconografia mística póstuma de Hugo Chávez. Uma gigantesca campanha ideológica para criar as bases de um culto que permita iludir as massas com o veneno da infalibilidade do chavismo e impor-lhe como o único governo possível em benefício dos oprimidos, demonstrar a lealdade de seus sucessores, desviar as massas das circunstâncias que a afundem na miséria, prestigiar o aparato do governo no momento que as pressões da crise ameaçam destruir suas bases sociais, abortar a reação operária e popular contra as medidas que se preparam contra elas, colocar no campo discursivo da contrarrevolução aos que as resistam e justificar as medidas repressivas que se implementarão para disciplinar as massas.

## **O “modelo” chavista de governo burguês começa a percorrer o caminho de sua extinção política**

O caráter bonapartista do governo, potenciados pela hierarquização corporativa e pela disciplina típica do nacionalismo de origem militar, chegada a morte de seu chefe, resultará em um golpe fulminante para o próprio chavismo e do pretendido “Socialismo do Século XXI”. Por outro lado, o PSUV (Partido Socialista Unificada da Venezuela) não passa de um amálgama de pretensos nacionalistas, arrivistas, oportunistas e burocratas, conduzidos pelo comando do caudilho. Não tem programa que coesione suas fileiras policlassistas. Foi a partir do controle da máquina do Estado que se impôs sua forma definitiva e se constituiu em um aparato centralizado burocraticamente, subordinado

do aos ditames pessoais de Chávez.

As dissidências internas foram silenciadas, sua base operária disciplinada ou reprimida, e suas correntes mais radicalizadas expulsas. O que cedeu passo a um vasto e poderoso aparato de propaganda e assistencialismo baseado em uma ampla camada de arrivistas, burocratas e novos ricos, amalgamados por seus interesses econômicos comuns e atados em sua sorte a do próprio Chávez.

A decadência dos partidos tradicionais da burguesia venezuelana, entre eles o partido socialdemocrata, a crise econômica e a polarização entre a riqueza e a miséria engendraram o nacionalismo chavista, proveniente da baixa oficialidade das Forças Armadas. O chavismo se potenciou, sobreviveu e se projetou apoiado nas riquezas petrolíferas, o que lhe permitiu desapropriar empresas com indenizações e lançar programas assistencialistas. O que forjou as cadeias de mútua interdependência entre o governo e as massas. Os subsídios sociais e os raquíticos planos de obras públicas soldaram os explorados e oprimidos ao chavismo, quase a única fonte de renda para sua sobrevivência diária.

Esta é a base material do Pacto de Havana. Do equilíbrio relativo alcançado entre estes fatores, os quais não dependem da vontade exclusiva do chavismo, depende o que acontecerá no seu embate com a direita pró norte-americana. Esgotados os recursos estatais ou reduzindo-se a base econômica da qual surgem seus benefícios, se abrirão dissensões internas e as rupturas. É também sob esta perspectiva que trabalha o imperialismo, impossibilitado hoje de ampliar sua influência mediante uma debilitada oposição burguesa. E porque reconhece, além disso, que a única força, com capacidade real de inclinar a balança da disputa interburguesa, hoje, se encontra na hierarquia militar. Embora se tenha até agora se mostrado inquebrantável em seu apoio à governabilidade chavista, pode se transformar fator de remoção do “Socialismo do Século XXI”.

Desse modo, o governo bicéfalo pode reduzir-se a um espantinho legal de instável equilíbrio alcançado entre a casta militar chavista (o núcleo duro da direção do PSUV provém do nacionalismo burguês militarizado – MRB, Movimento Revolucionário bolivariano – de onde provém Chávez e Cabello) e a gigantesca burocracia partidária e estatal que ganhou um vasto poder territorial com o assistencialismo, que são aqueles que mobilizam as massas nos bairros. É bem possível que a disputa pelo poder entre as camarilhas do aparato montado por Chávez provoque grandes rachaduras no PSUV e facilite o fortalecimento da oposição pró-norte-americana.

Certamente, não se trata de um processo que anda em linha reta. A unidade ou divisão, em última instância, não depende da sua vontade dos pequenos caudilhos que herdam o chavismo, mas sim de como se manifestam as forças desintegradoras da crise mundial e de como se projetam e encarnam as tendências mundiais da luta de classes entre os explorados e oprimidos do país.

## A crise do chavismo espelha a crise histórica do nacionalismo burguês

O chavismo pretendeu reeditar o velho nacionalismo, adaptando-o com a máscara ideológica do bolivarianismo e do Socialismo do Século XXI. Mas não pôde constituir senão um arremedo. Chegou ao poder na etapa de maior desintegração do capitalismo imperialista e da projeção das leis da revolução de nossa época, que é a da revolução proletária. Por isso, sua demagogia se chocou com as condições impostas pelo caráter semicolonial do país e a incapacidade do nacionalismo burguês de libertar a nação da opressão imperialista. Sua projeção e fortalecimento conjuntural não se devem a sua vigência histórica, mas fundamentalmente à crise de direção revolucionária.

A relação de forças gestadas pelo processo histórico permitiu ao chavismo refletir, em alguma medida, o choque entre a nação oprimida e seu opressor imperialista, em especial os Estados Unidos. Mas o expressou de maneira deformada com suas medidas de nacionalização limitada e de polpudas indenizações. O chavismo não teve como atacar a grande propriedade capitalista e o capital financeiro. Desde sua ascensão, comprometeu-se em preservar os interesses gerais da classe capitalista e de negociar medidas nacionais com as multinacionais. Assim, sua política se mostrou impotente para libertar a nação do jugo imperialista. Pelo contrário, se perpetuou o caráter atrasado de sua economia, potenciou seu raquitismo industrial e sua dependência das altas e baixas do mercado mundial e da especulação monopolista, dada sua dependência direta da renda petrolífera.

No entanto, o chavismo não deixou de conflitar com os interesses do grande capital e com o controle do imperialismo sobre o Estado venezuelano. As tentativas de desestabilização política indicam a cisão interburguesa. O imperialismo pretende controlar as fontes de petróleo e gás. E recuperar seu poder de veto sobre a política interna, o que requer derrubar o chavismo.

As massas apontaram suas tendências anti-imperialistas e de luta contra a exploração capitalista para o chavismo, permitindo ressuscitar o nacionalismo burguês, que conjuntamente se revitalizou. O que, ao mesmo tempo, estabeleceu uma válvula de escape para a crise capitalista, reforçou as ilusões democráticas e o regime burguês.

Venezuela continua sendo um país capitalista atrasado, de economia combinada e caráter semicolonial. O chavismo nasce, se desenvolve e expressa essa mísera base econômica e reproduz a impotência do nacionalismo burguês.

Mas a experiência chavista começa a transitar para seu fim. O desaparecimento de Chávez será um golpe mortal no regime, que depende do caudilho. Porém, o declínio do chavismo se refletiu no restabelecimento da oposição pró-imperialista, no momento encabeçada por Capriles.

O destino do país e das massas depende, mais do que nunca, da criação do partido marxista-leninista-trotskyista e dos métodos da revolução proletária. O que significa pôr em pé o partido mundial da revolução, reconstruindo política e organizativamente a IV Internacional.



## Como construir a Quarta Internacional? Guilherme Lora (Extraído do livro *Obras Completas, Guilherme Lora, vol.51*)

*(Este antigo escrito prova nossa constante preocupação em torno de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.*

*O isolamento em relação ao movimento revolucionário internacional tem sido sempre uma de nossas fraquezas)*

### I. A Dura Experiência

O proletariado – motivado pelo caráter mundial da economia capitalista – é uma classe social internacional, apesar de suas particularidades nos diferentes países, seus objetivos históricos são os mesmos em todas as latitudes. Por isso mesmo, para se libertar, tem de estruturar-se em partido político mundial, cujo objetivo estratégico é a revolução proletária, uma vez que não será livre sem esmagar o imperialismo, que atua por cima das fronteiras nacionais.

Até agora, foi realizado quatro importantes e necessários ensaios no caminho da construção da Internacional revolucionária, do Partido Mundial da Revolução Socialista, e, no entanto, há cento e quinze anos da Comuna de Paris (1871) e a sessenta e nove da revolução de outubro (1917), não contamos ainda com essa direção política imprescindível para a vitória da revolução em escala internacional, isto é, para a substituição da sociedade capitalista pela comunista.

É indiscutível que a tarefa transcendental que temos diante de nós é a reconstrução da Quarta Internacional (fundada inicialmente em 1938) marxista-leninista-trotskista – não de uma Internacional Operária, dos Trabalhadores, etc. como defendem alguns revisionistas –, ponto culminante da herança que nos deixou León Trotsky. Deliberadamente, usamos o termo reconstruir para assinalar que o Programa de Transição já contém a Quarta Internacional e o que faz falta é dar-lhe expressão organizativa e esta deve corresponder ao objetivo estratégico – a revolução e ditadura proletárias em escala internacional –, sintetizado no mencionado programa.

A dura e trágica experiência vivida pelas quatro Internacionais constitui a maior lição que devemos assimilar inevitavelmente, afim de que estejamos melhor armados no trabalho da reconstrução da Quarta Internacional. Essa história é imponente e, por momentos trágica, como é trágica a existência da humanidade em meio à podridão capitalista, sendo uma de suas manifestações o fascismo. A tarefa que temos à vista é sepultar a ordem social burguesa, isto é, a grande propriedade privada dos meios de produção para substituí-la pela propriedade social.

A Primeira Internacional – Associação Internacional dos Trabalhadores – foi organizada em 1864 como fruto do internacionalismo proletário, resposta social ao caráter mundial da economia capitalista.

Tem de ser considerada uma das grandes realizações de Karl Marx e de Frederico Engels, não somente porque estes participaram diretamente em sua vida conflituosa mas porque redigiram seus documentos fundamentais – que continuam sendo o embasamento ideológico do movimento



operário revolucionário – e porque a sistemática polêmica que fizeram contra as diversas tendências pretensamente socialistas, anarquistas, igualitários ou coletivistas, abriu o sulco por onde se difundiu amplamente o materialismo histórico. A vigência dos escritos e conclusões dos clássicos desta época, isto é, do marxismo, se deve ao fato de que constituíram contribuições para o trabalho revolucionário fundamental de revelação das leis da história do capitalismo.

Percebe-se que a ideia central de Marx e Engels foi não só estruturar um centro coordenador dos diferentes movimentos internacionalistas, mas uma direção política capaz de contribuir à organização da classe operária de maneira independente diante da burguesia, resposta obrigatória ao estágio de atraso em que aquela se encontrava. Isso explica a tolerância que observaram, principalmente na primeira época, diante dos preconceitos de alguns setores e como se empenharam em colocar suas próprias ideias em meio aos lugares comuns que dominavam o ambiente. No entanto, puseram especial empenho em não se colocar por trás dos elementos atrasados e em não dissolver no grupo de seus partidários – ainda que pequeno – em meio à maioria amorfa. Seus esforços se encaminharam a criar uma corrente marxista, que mais tarde lhes permitisse estruturar uma direção autenticamente revolucionária.

O crescimento do movimento operário e socialista, a profundidade e extrema virulência da disputa contra o

anarquismo, principalmente, demonstraram que a Primeira Internacional havia se esgotado como centro unificador e como direção das massas que despertavam na luta. No momento oportuno, foi dissolvida formalmente, quando já a prática cotidiana a havia superado.

Karl Marx morreu em 1883 – e Engels, em 1895 -, os cérebros e as vontades descomuns já não estavam no cenário, mas seus discípulos se viram colocados diante da tarefa de estruturar oportunamente a Segunda Internacional, capaz de desenvolver os germens deixados pela Primeira, sem cair em nenhuma aventura, nem fazer concessões ao revisionismo. Sabemos que Karl Marx opôs seus reparos a várias tentativas reorganizadoras da Primeira Internacional, por considerá-los prematuros.

Frederico Engels saudou, em 1889, a estruturação da Segunda Internacional como marxista, que nesse sentido estava muito acima da Primeira; a experiência desta se converteu em cimento da nova organização.

O partido revolucionário – e isto vale também para a Internacional – é protagonista da luta de classes e, de alguma forma, resultado do desenvolvimento das forças produtivas, suporta a pressão exercida sobre ele pelas classes sociais em luta.

A melhor época da Segunda Internacional se desenvolveu quando o capitalismo vivia sua etapa de ascenso – pelo menos grande parte deste -, o que permitia o cumprimento de um generoso programa reformista, de melhorias das condições de vida e de trabalho dos operários.

A classe dominante pressionou a social-democracia por meio daqueles que, para se acomodar melhor ao capitalismo, revisaram profundamente o marxismo – o rechaço da revolução social e a sua substituição pela evolução gradual e parlamentar, supostamente para o socialismo, abandono da finalidade estratégica para concluir no programa de reformas, etc. – e converteram em finalidade estratégica a tática diária.

A permanente ameaça da guerra imperialista, cujo caráter reacionário e escravizador ninguém discutia, obrigou os socialdemocratas a responderem com declarações no sentido de que a conflagração bélica seria aproveitada para desencadear a guerra civil e também se acrescentou que se devia recorrer à greve geral para evitar ou conter a manutenção a serviço do capitalismo. As resoluções e os discursos nesse sentido se acumularam como parte da tradição socialdemocrata.

A primeira guerra mundial de 1914-18 acabou com a Segunda Internacional como esperança revolucionária. A maior dos os partidos socialistas foi ganha pelo socialchovinismo, votaram em favor dos recursos de guerra e se somaram aos governos burgueses (ministerialismo).

E a consequência? A Segunda Internacional mudou de conteúdo de classe. Deslocou-se para o campo da burguesia. A lição: o abandono do programa socialista (revolução e ditadura proletária) significa o abandono dos interesses gerais da classe operária, de sua estratégia, não para ficar no vazio, mas para se colocar a serviço dos inte-

resses do inimigo de classe, da burguesia, é isto o que tem de se entender por mudança de conteúdo de classe. O fato definitivo: o partido que abandona sua finalidade estratégica – repetimos, seu programa – dá um passo definitivo, sem retorno. Uma rica experiência ensina que as organizações que se deslocam para o campo burguês não voltam mais ao revolucionário: somente pode esperar-se que uma parte delas ou alguns indivíduos isolados conseguem descobrir autocriticamente as raízes do tropeço e assim encontrar os fundamentos da atividade revolucionária. Contrariamente, as massas que são arrastadas às posições burguesas ou que ao utilizar os métodos de luta de outras classes sociais concluem por abandonar seus verdadeiros objetivos, voltarão, em determinadas circunstâncias de radicalização, à linha revolucionária, isto é possível graças a seu instinto de classe (os políticos e os partidos atuam politicamente). Não se deve esquecer que o partido revolucionário não é instinto, mas programa, teoria, é depositário da ciência social. O exposto ganha importância tratando-se do que sucedeu nas duas décadas no campo do trotskismo.

Os grupos centristas que proliferaram durante a época de crise e de dispersão da Segunda Internacional, que por um momento estruturaram sua própria Internacional, a Segunda e Meia, demonstraram que utilizando a fraseologia revolucionária – ou melhor, pretensamente revolucionária – eram os melhores servidores da burguesia.

Em 1919 e sob o poderoso impulso da revolução de Outubro de 1917, as correntes marxistas que saíram da social democracia e encarnavam sua tradição mais valiosa, passando pela Esquerda de Zimerwald e Khienthal fundaram a terceira Internacional, a Internacional de Lênin e Trotsky. Retoma e potencia a linha revolucionária da Primeira Internacional e da melhor época da socialdemocracia.

A Internacional Comunista incorporou em seus documentos programáticos e em sua ação diária, por meio de contradições internas e de constante processo de superação, os problemas nacional e colonial; nessa medida se transformou em uma verdadeira internacional. Outra novidade da Internacional comunista consistiu em sua estrutura organizativa centralizada, baseada no centralismo democrático, convertendo-se assim em um verdadeiro partido mundial único.

A onda de revoluções europeias que seguiu à vitória de Outubro (1917), da mesma maneira que a convulsão que ocasionou esta nas massas do mundo, permitiram o acelerado crescimento da I.C., ao extremo de que se viu colocada diante do perigo da invasão de elementos que não alcançaram superar as ideias socialdemocratas. Não se tratava de amontoar indiscriminadamente siglas ou elementos duvidosos, mas de forjar quadros no marco do programa revolucionário, para essa finalidade foram adotadas 21 condições que tinha de cumprir para se ingressar à Internacional Comunista.

Os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, cujos documentos fundamentais foram redigidos por Lênin e Trotsky, desenvolveram uma política dirigida

à conquista do poder pelas massas e afirmaram a tática a ser empregada segundo as modificações da situação política: utilização da frente única proletária e da frente anti-imperialista, respectivamente, nas metrópoles e nos países atrasados, afim de que o partido revolucionário do proletariado possa converter-se realmente na direção das massas. A luta diária deve servir para que amadureçam politicamente os explorados, coloquem em pé os órgãos de poder e, através de sua atividade cotidiana alcancem a satisfação de suas necessidades mais sentidas. Para assim chegar a ser governo. Os trotskistas, resgatam os avanços da Terceira Internacional no caminho de superar a divisão do programa mínimo (reformas e reivindicações imediatas) e máximo (programa do socialismo), herança da Segunda Internacional e que conduziu esta ao reformismo. A luta diária das massas deve fundir com a estratégia e a tática, reforma e revolução.

A derrota das revoluções europeias, um pouco mais tarde da China e logo da espanhola, isolaram a revolução russa em meio a um mundo que conheceu períodos de estabilização capitalista, o surgimento na Rússia de tendências reacionárias depois da NEP, enfim, do cansaço da classe operária depois da guerra civil e da fome. A reação mundial e russa pressionou o proletariado, o partido bolchevique e o Estado operário por meio dos setores burocratizados, que foram aparecendo e concluíram desenvolvendo uma política contrária aos objetivos da revolução.

A atividade contrarrevolucionária do estalinismo encontrou sua justificativa “teórica” no “socialismo em um só país”, que levou ao abandono total do marxismo; requeitou-se o menchevismo, que não é outra coisa que a “teoria” da revolução por etapas, da vigência da revolução democrático-burguesa e das variantes de governos dominados pela burguesia por todo um período histórico, na constituição de frentes nacionais e populares com a finalidade de subordinar os explorados à classe dominante.

O advento de Hitler ao poder (1933), o abandono pelo PC do cenário sem batalha, a resistência em efetivar a frente única com a socialdemocracia para desbaratar o fascismo, etc., marcaram a impossibilidade de seu retorno à linha revolucionária.

A Internacional Comunista burocratizada foi totalmente submetida à política internacional termidoriana e Stálin concluiu dissolvendo-a para satisfazer as exigências do imperialismo. A teoria da luta de classes foi substituída pela da “coexistência pacífica” com o imperialismo, pela transformação gradual e pacífica do capitalismo em socialismo, pelo abandono do caminho insurrecional e sua substituição pelas numerosas vias que conduzem à sociedade sem classes, etc.

Lênin foi o primeiro em ver e combater o perigo da burocratização, foi o primeiro a assinalar de maneira concreta a urgência do afastamento de Stálin da direção do Partido Comunista e a do retorno ao regime interno burocrático. A oposição trotskista capitalizou esse trabalho, lutou duas décadas como fração da IC e do partido bolchevique, bus-

cando sua transformação a partir de dentro. É depois de 1933 que se encaminha a estruturar a Quarta Internacional como herdeira e continuadora da tradição marxista acumulada nesse plano.

Em 1938, é fundada no congresso de Paris como direção revolucionária que as massas convulsionadas pela guerra mundial necessitam; esta se fraturou em vez de se transformar na Internacional de massas. O estalinismo e a socialdemocracia se fortaleceram e afirmaram, longe de ser pulverizados. A necessidade de compreender e superar estes consideráveis obstáculos se traduz na aparição de tendências revisionistas das ideias fundamentais do leninismo-trotskismo. Nos fatos, o Programa de Transição foi abandonado, quanto à concepção do estalinismo como força contrarrevolucionária, à tese da defesa incondicional da URSS, dos objetivos estratégicos da revolução e ditadura proletárias, etc.

O revisionismo precipitou a crise interna e a atomização das seções. Parece que tudo estava perdido, exceto o Programa de Transição, pedra fundamental que permitirá a reconstrução da Quarta Internacional.

## II. Os Caminhos Extraviados

Como sintetizar a experiência das quatro Internacionais? Procurou-se com persistência estruturar uma direção revolucionária, que não poderia senão concretizar-se no programa da revolução proletária, em uma organização altamente centralizada e baseada no centralismo democrático. O caminho que seguiu Lênin e Trotsky foi o de homogeneizar ideologicamente a Internacional, o de dotar de um programa revolucionário e o de selecionar a militância no trabalho de formação dos revolucionários profissionais.

Esses antecedentes têm sido jogados pela borda, inclusive por aqueles que se reivindicam do trotskismo, a única corrente política que pode reconstruir a Internacional revolucionária dentro dos fundamentos assinalados por Lênin e Trotsky.

Alguns chegaram ao extremo de pretender substituir o proletariado, única classe revolucionária por excelência e conseqüente, por outras vanguardas, particularmente pela esquerda estudantil. Outros marcham por detrás de qualquer líder que consegue chegar ao poder. Enfim, os pablistas do Secretariado Unificado não têm tido o menor pudor em substituir o programa de Trotsky pelo foquismo castrista e tem se especializado em descobrir trotskistas inconscientes entre os governantes chineses e cubanos. Esta gente não pode pôr em pé uma Internacional revolucionária, porque lhe falta o instrumento programático e porque, de muitos ângulos, se limitam a transmitir a política burguesa.

O exitismo e o desespero lhes levam a cometer muitas tolices. O trabalho sério e sistemático é substituído por falsificações e imposturas: tem de exibir e inventar vitórias e apoios multitudinários, pois isto impressiona a clientela pequeno-burguesa.

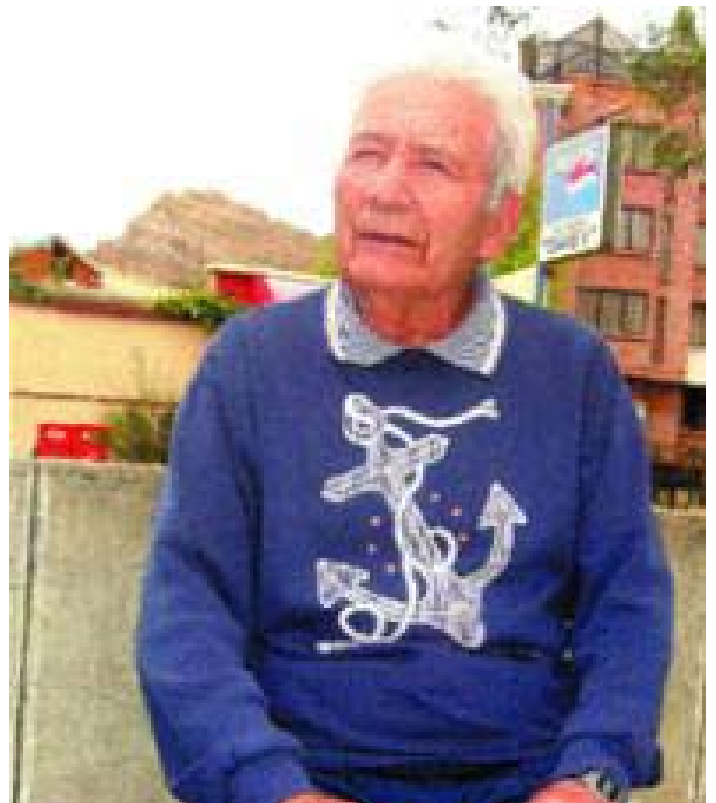
Não se atrevem a realizar um trabalho autocrítico dos

fracassos do passado e é por isso que não podem superá-los: ao lado dos fracassos, que alguns têm chegado a deificá-los, colocam suas teses antimarxistas, assim preparam aventureiramente novas frustrações.

Seguindo uma via diametralmente oposta a que escolheram Marx, Engels, Lênin e Trotsky, ultimamente estão empenhados em criar verdadeiras guarda ao redor de algumas generalidades. Que não dizem nada e que, por isso mesmo, podem ser do agrado de todos. A primeira perda é a do rigor organizativo, substituído por uma espécie de federalismo frouxo. Talvez alguns pensam que se trata de uma simples armadilha para atrair aderentes e que nada tem a ver com as posições programáticas, pois estas se encontram devidamente guardadas no cérebro e no coração dos velhos dirigentes. Não é possível separar completamente programa e organização, ao ponto de que nada tenham a ver um com o outro. A guarda como organização pressiona poderosamente sobre a finalidade estratégica e pode concluir desvirtuando-a por completo. Os dirigentes que se dedicam à ginástica organizativa concluem não só separando o programa da organização, mas esquecendo-se daquele, lançando o cesto dos papéis imprestáveis a finalidade estratégica do proletariado e, queiram ou não, substituindo-a com a política da burguesia.

Dizem que se trata de organizar a classe operária de maneira independente da burguesia, em um partido que não é todavia revolucionário. Estes mesmos propuseram, em algumas circunstâncias, Marx, Engels e seus seguidores. O que foi uma tática para ser aplicada excepcionalmente, se procura convertê-la em uma norma invariável e de validade permanente. Os clássicos acreditavam que, em sua época, era possível se estruturar na Inglaterra um partido dessas características devido ao enorme atraso político da classe operária; mas, simultaneamente, propuseram e combateram, para que o partido na Alemanha tivesse rigor programático. Não é raro que os epígonos de Trotsky nos digam que se limitam a seguir o pensamento de Marx e Engels e podem citar em seu apoio alguns textos: existem, mas se referem a uma situação muito especial e constitui uma perigosa arbitrariedade generalizar uma tática excepcional, é uma forma torpe de desvirtuar os clássicos.

Tomemos um caso concreto: na França se trata de arrancar a militância da influência desses grandes partidos operário-burgueses: o Partido Comunista Francês e o Partido Socialista. Isso supõe superar esses partidos, agrupar a vanguarda da classe operária ao redor de um programa revolucionário. De maneira concreta: para arrancar a militância que atualmente se encontra no Partido Comunista Francês ou no Partido Socialista em crise - duvidando da correção da linha política de seus partidos, mas ainda atuando dentro destas organizações - é preciso lhes oferecer o marxismo autêntico e íntegro, é preciso lhes apresentar o programa da revolução proletária. Somente assim se pode marchar para frente. Não se deve esquecer que os operários franceses têm uma valiosa experiência sobre a socialdemocracia e o estalinismo, trata-se de uma expe-



riência política e necessariamente há que partir desta para alcançar uma maior evolução política e organizativa das massas.

Se longe disso se propõe na França organizar um partido dos trabalhadores em torno de declarações pueris, ocultando zelosamente a estratégia do proletariado, está assim se promovendo um sério retrocesso político em relação ao nível alcançado na atualidade.

Tem sentido um partido de trabalhadores se este se converte em cenário para que um núcleo marxista possa criar uma corrente destinada a desembocar no partido revolucionário, o que somente se ó pode alcançar-se se levanta no alto a estratégia do proletariado. Se o núcleo marxista se dissolve na massa cinza, se fecha o caminho da construção do partido revolucionário.

### III. O POR e a Construção da Quarta Internacional

O Partido Operário Revolucionário é a expressão da consciência do proletariado boliviano, um dos mais politizados da América Latina. Sua transcendental importância está no fato de ter penetrado profundamente nas massas, na história e na cultura nacionais. A experiência das massas e a sua foram assimiladas, em última instância, no programa partidário. É o único partido que expressou politicamente os objetivos estratégicos da classe operária boliviana, concretizados na forma governamental concreta: a revolução e ditadura proletárias.

Entre as aquisições de maior significado do Partido Operário Revolucionário se encontram as seguintes:

1) As "Teses de Pulacayo", que é muito mais que um documento estritamente sindical e que testemunha a transformação das massas operárias de meramente instintivas em conscientes, em políticas.

## Internacional

2) A constituição da Assembleia Popular, órgão de poder ou soviete e seus documentos ideológicos básicos, que colocaram com nitidez a necessidade e perspectiva da conquista do poder pelo proletariado, liderando a nação oprimida contra o imperialismo.

3) A estruturação da Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA), passo importantíssimo que significou a recuperação da tática apropriada para a luta revolucionária nos países atrasados, nos quais o proletariado é numericamente reduzido em relação às outras classes sociais da nação oprimida pelo imperialismo. Não somente se tratou de um enunciado teórico, mas também que o Partido Operário Revolucionário conseguiu sua estruturação na luta contra o gorilismo fascista. O programa da Frente Revolucionária Anti-imperialista foi redigido pelo Partido Operário Revolucionário. Ninguém pode por em dúvida que a experiência da Frente Revolucionária Anti-imperialista boliviana é riquíssima em ensinamentos.

A enumeração acima resume a experiência e a história de todo o país.

As Teses de Pulacayo, que concretiza os enunciados do Programa de Transição, permitiu ao Partido Operário Revolucionário transformar a classe operária em certa medida as massas em geral, de instintivas em políticas, impulsioná-las poderosamente para frente na evolução de sua consciência. O partido quarta-internacionalista transformou profundamente o país, o convulsionou e abriu um profundo sulco na cultura. Acrescentamos que se trata de um caso único na história do trotskismo internacional, lição que não tem sido devidamente assimilada até agora pelas diversas correntes marxistas-leninistas-trotskistas, que não alcançou pôr em marcha uma poderosa Quarta Internacional, como exige peremptoriamente a maturidade extrema das condições econômicas (objetivas) da revolução social internacional.

A partir do seio das massas, o Partido Operário Revolucionário conseguiu a transformação do Comando Político do Povo e da Central Operária Boliviana, que corria o risco de acabar como parlamento (ou sustentáculo do governo Torres), em órgão de poder, em frente anti-imperialista - tudo isso foi a Assembleia Popular, organização soviética que abriu o caminho da luta pelo poder.

A Frente Revolucionária Anti-imperialista uniu a nação oprimida - os setores majoritários das massas - em uma frente sob a direção do proletariado, materializando assim as linhas mestras adotadas pela Internacional Comunista sobre esta tática, cuja vigência é evidente, nos países semi-coloniais e coloniais, enquanto a classe operária não tomar o poder político.

A luta que se leva na Bolívia é de vital importância porque se trata de um país no qual a possibilidade de conquistar o poder está mais próxima do que em outros países do continente latino americano. Até agora os ensaios feitos para estruturar a Quarta Internacional não assimilaram



essa rica lição, não se apoderaram - nem ao menos capitalizado - de toda a realização dos trotskistas bolivianos ao longo da história das massas. No exterior, se tem falado muito do Partido Operário Revolucionário, mas com finalidades exitistas, sem nenhuma intenção de assimilar sua experiência. Na Bolívia, põe-se em evidência a validade do Programa de Transição, que conseguiu penetrar nas massas. Tudo isso não quiseram e não puderam assimilar.

O Partido Operário Revolucionário oferece os materiais necessários para impulsionar a reconstrução da Quarta Internacional marxista-leninista-trotskista como direção revolucionária. Sua experiência pode ajudar a amadurecer os explorados de outras latitudes e converter-se no embasamento do Partido Mundial da Revolução Socialista. Há que agrupar os trotskistas de outras latitudes, ajudá-los a aglutinar-se ao redor das conquistas alcançadas pelo Partido Operário Revolucionário, convergência que terá a missão de analisar autocriticamente os erros cometidos, afim de descobrir suas raízes e superá-los, isso dentro do centralismo democrático, cimento organizativo de um partido bolchevique.

O Partido Operário Revolucionário boliviano tem de adquirir consciência do que é e do papel revolucionário fundamental que joga no seio das massas revolucionárias, então se empenhará devidamente na reestruturação da IV Internacional, atuando como seu eixo fundamental.

O que sucedeu na Bolívia prova que nosso isolamento do movimento internacional nos debilita e obstaculiza os avanços que poderíamos conhecer. Sabemos, como ensinamento do movimento revolucionário internacional, que a própria vitória da revolução em um determinado país e para consolidar-se precisa do apoio do proletariado internacional. É inconcebível a revolução comunista à margem do internacionalismo proletário. A solução das dificuldades que geram no processo de transformação só pode encontrar-se com a ajuda das poderosas alavancas da economia mundial e da luta revolucionária dos explorados e oprimidos dos demais países.

La Paz, fevereiro de 1986

[www.por-bolivia.org](http://www.por-bolivia.org) - [www.masas.nu](http://www.masas.nu) - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)